

ARTIGO DE REFLEXÃO

DA CARTOGRAFIA AO TERRITÓRIO: DESAFIOS PARA OS ESTUDOS ESPACIAIS NA ÁREA DA SAÚDE

André Luis Machado Bueno*

Marta Julia Marques Lopes**

RESUMO

Esta reflexão consiste em uma releitura dos conceitos sobre espaço e território, objetivando contribuir para a ampliação das propostas analíticas dos fenômenos territoriais, a partir dos estudos espaciais na área da saúde. Partiu-se do fato de que as disciplinas distantes da geografia têm dificuldade na utilização dos conceitos de espaço e território, o que, em muitos casos, prejudica a análise e, conseqüentemente, a intervenção no campo da saúde. Assim, entende-se que as noções de espaço e território, bem como sua utilização pelas diversas áreas do conhecimento situam-se como campo aberto para novas contribuições. Essa proposta reflexiva aborda o conceito de espaço e território, transpondo a dimensão espacial para a dimensão social, sustentada na coexistência simultânea da sociedade em sua relação com a natureza. Pretende-se como avanço analítico, investir em propostas interpretativas dos fenômenos espaciais, a partir dos conceitos de espaço e território, considerando a multiplicidade de fatores que constituem as relações socioambientais.

Palavras-chave: Epidemiologia. Análise Espacial. Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão tem o objetivo de contribuir para a ampliação das propostas analíticas dos fenômenos territoriais, a partir dos estudos espaciais na área da saúde, apoiando-se nos conceitos de espaço e território sustentados por Rogério Haesbaert⁽¹⁾ e Marcelo Lopes de Souza⁽²⁾. A essa breve releitura de conceitos, agregaram-se estudos contemporâneos na área da saúde e da geografia, capazes de auxiliar na compreensão e interpretação de algumas possibilidades de análise. Entende-se que a incorporação sistemática da categoria espaço-território nos estudos epidemiológicos pode significar um aumento da qualidade e eficácia das ações de saúde construídas localmente. Essa ampliação das propostas de análise pode subsidiar intervenções mais compreensivas dos processos de saúde e adoecimento baseando-se nos comportamentos e dinâmicas de vida.

É preciso, primeiramente, compreender que espaço e território não são sinônimos, embora muito citados dessa forma nos estudos realizados

por disciplinas distantes da geografia. Uma definição simplista, ou por que não dizer, enviesada de espaço, poderia classificá-lo como a delimitação do meio físico, o estabelecimento de fronteiras, desconsiderando as relações sociais que precedem e dinamizam a formação e a ocupação do mesmo. Nesse sentido, este ensaio reflexivo busca a ampliação do conceito de espaço para estudos na área da saúde, transpondo a capacidade analítica da dimensão espacial para a dimensão social, sustentada e apoiada na coexistência simultânea da sociedade e sua relação com a natureza⁽¹⁻³⁾.

Adiante, neste breve exercício de discernimento conceitual, esbarra-se na difícil tarefa de transformar o território em categoria analítica distinta das noções de espaço ou mesmo lugar, espaços vividos e percebidos. O que define território é o poder. O autor não refuta as intervenções culturais, econômicas e de identidades pessoais, contudo afirma que o território é delimitado e definido por meio dessas relações. Nessa perspectiva as questões centrais não são as características geológicas e os recursos naturais de uma determinada área, o

*Doutorando em enfermagem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS. Professor do curso de Enfermagem da Universidade FEEVALE. E-mail: almachadobueno@gmail.com.

**Professora Titular da Escola de Enfermagem/UFRGS e Coordenadora do Curso de Análise de Políticas e Sistemas de Saúde - Saúde Coletiva/UFRGS – E-mail: marta@enf.ufrgs.br

que se produz ou quem produz, mas sim quem domina ou influencia e como domina ou influencia as pessoas em seus territórios. Entende-se, nessa perspectiva, que o território constitui-se por relações sociais complexas (política, econômica e cultura), constituídas histórico-culturalmente de forma interdependente. Esses aspectos, embora possam ser distinguíveis para fins analíticos, não são separáveis na realidade. Faz-se, portanto, necessário um olhar que transpasse verticalmente esses planos formadores do território, objetivando uma análise contextualizada dos fenômenos espaciais⁽¹⁻³⁾.

O estudo do comportamento dos fenômenos da saúde e da doença desafia o pesquisador a ir além da localização de eventos. A localização de determinado fenômeno, com certeza, é importante; contudo apresenta um problema de pesquisa concreto quando se considera que, por exemplo, as grandes cidades produzem e são produtos de lugares, espaços e territórios distintos. É nessa distinção que se pode observar o estabelecimento das desigualdades sociais. Como exemplo é possível citar as grandes cidades e suas periferias que se configuram em áreas de exclusão social — pautadas, entre outras dificuldades, pela precária estrutura urbana e habitacional — resultante da difícil acessibilidade das pessoas a serviços públicos, saneamento básico, educação e renda. Assim ao ser avaliada a ocorrência de determinado fenômeno de saúde e ou doença nessas localidades, é preciso relacionar a esse fenômeno quais os fatores de vulnerabilidade social e ambiental a que determinada coletividade está sujeita⁽⁴⁻⁵⁾. Torna-se imprescindível avançar nas técnicas de análise com apoio nos conceitos de espaço e território, objetivando aumentar o conhecimento dos determinantes e fatores predisponentes para situações de saúde e adoecimento e a sua interação dinâmica com o ambiente e a sociedade.

Avançando um pouco mais nessa discussão pergunta-se: Existiria território sem espaço? Como base teórica para a reflexão e a análise espacial, adota-se a ideia de que não existe território sem espaço e mais, o espaço precede a constituição de territórios e territorialidades. Assim sendo, o espaço representa as relações entre a natureza e a sociedade; enquanto o

território é resultante das relações de poder e dominância sobre a sociedade e o espaço construídas socioculturalmente⁽¹⁻³⁾. Não se pode dizer que existem regiões homogêneas, uma vez que o espaço é infinitamente divisível e diferenciado e as relações de poder e dominância estão em constante mutação. É preciso, pois, realizar o esforço analítico, principalmente na área da saúde, de mesmo em escalas maiores tentar compreender como as pessoas convivem e se relacionam com os lugares e espaços onde residem, como esses espaços foram construídos historicamente e como se deu a constituição dos territórios presentes nessas localidades⁽⁴⁻⁶⁾.

Embora não equivalentes [...] espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território — o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” [...] mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder (1:105).

Entende-se, em especial, que os estudos epidemiológicos de caráter espacial podem se beneficiar do diálogo aberto entre espaço e território, visto que é nessa perspectiva que se observam os problemas, elaboram-se os elementos compreensivos e se constroem as soluções. Ao propor essa perspectiva de análise ampliada para os estudos espaciais, não se pretende desvalorizar ou rejeitar a produção intelectual desse campo do conhecimento. Pelo contrário, acredita-se que o exercício de representar fenômenos socioambientais via cartografia, exige do pesquisador um conjunto de saberes que o credenciam a propor uma análise complexa da realidade. É nesse conjunto de saberes que se pretende agregar os conceitos de espaço e território, visando a contribuir para as múltiplas e diversas questões envolvidas na elaboração de estudos nessa área do conhecimento.

Análise espacial: potencialidades e limitações para os estudos epidemiológicos na área da saúde

A epidemiologia é uma ciência com acúmulo centenário de estudos e reflexões, sendo notória sua capacidade de agregar perspectivas analíticas

às suas discussões, sendo os estudos espaciais uma de suas possibilidades mais recentes como caminho epistemológico interagente, e não apenas como cenário de eventos. Sob essa perspectiva encontra-se o novo papel do espaço nos estudos epidemiológicos, caracterizando-se como produto e produtor dos perfis de morbimortalidade, o que ultrapassa as propostas iniciais de “cenário de ocorrência”. Nesse sentido, a incorporação da variável espaço-território nos estudos de saúde, cumpre papel importante na diferenciação das condições de vida e bem-estar de populações com perfil social semelhante, mas residentes em lugares distintos⁽⁷⁾.

O processamento e análise de dados espaciais geodado e, consequentemente, seu georreferenciamento, tendem a aprimorar a compreensão interativa dos processos de saúde e de adoecimento, por meio de suas correlações espaciais. A diferenciação regional dos problemas de saúde possibilita a implementação de políticas e práticas adaptadas às diferentes realidades. Conceitos como risco e vulnerabilidade — aliados a determinantes culturais, sociais e ambientais — podem, em âmbito local, privilegiar a elaboração de medidas capazes de intervir de forma positiva na gestão de saúde e bem-estar das coletividades^(6,8).

A escolha da escala de representação do fenômeno, agravo ou processo nela representado, não faz sentido se não forem relativizados com a realidade por meio de fatores socioculturais, ambientais e econômicos, potencialmente, constituintes ou diretamente responsáveis pelo fenômeno estudado. Assim ao se concordar que as representações cartográficas são tentativas estáticas de representações de uma realidade em constante movimento, faz-se necessário o conhecimento dos limites e potencialidades que essa ferramenta pode oferecer aos estudos espaciais no grande campo da saúde⁽⁶⁾.

A raiz desse problema de representação, tanto analítica quanto cartográfica, parece residir na enganosa hipótese de que há um fenômeno real, concreto, limitado e visível, e de que somos capazes de representá-lo com rigor e precisão, seja através de uma linguagem descritiva, seja através de uma linguagem cartográfica. Ora, sabemos que uma grande parte dos objetos e fenômenos que desenhamos sobre um mapa, por

exemplo, não são proporcionais ao tamanho que escolhemos para representá-los. Muitas vezes, eles não poderiam aí figurar se a escolha fosse efetivamente guiada de forma exclusiva pela proporção do tamanho. Esse é o caso das estradas, vias, redes hidrográficas, pequenas cidades, dos povoados etc. De fato, cada carta é um quadro arbitrário de escolhas, de objetos e fenômenos que desejamos colocar em relação. A carta é, assim, um meio gráfico utilizado como instrumento de demonstração da pertinência de determinadas relações (6:40).

Entende-se que não existe uma única e exclusiva “óptica” de análise, pelo contrário, fenômenos espaciais são percebidos de forma diferente em diferentes escalas. Também não existem processos e fenômenos espaço-sociais com começo e fim neles mesmos, existem sim inter-relações entre as expressões territoriais de certos fenômenos, construídas em diferentes escalas sob o mesmo espaço^(3,6).

Dessa forma, acredita-se que um dos desafios analíticos para futuros estudos nessa área é a difícil tarefa de propor intervenções que levem em consideração os diversos fatores componentes do espaço-social, palco das situações de saúde e doenças das populações.

Território analítico: contribuições para os estudos espaciais na área da saúde

Ao admitir-se anteriormente que território, conceitualmente, trata das relações de poder; também se reconhece que a constituição destes tenha influência direta na utilização do espaço.

Um bom exemplo dessa utilização ou “apropriação” espacial pode ser observado no processo de ocupação do espaço nas grandes cidades. Esse processo ocorre de forma clara nas periferias, regiões mais pobres e de intensas desigualdades sociais. Acredita-se que o espaço urbano é constituído de forma fragmentada, sendo possível distinguir os diversos contextos sociais e econômicos, formadores de territórios. Nesse sentido, o território assume o papel de expressão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de um determinado lugar, em um determinado tempo. Assim, é na constituição do território que se encontra a referência para a produção social e a apropriação da natureza, e mais, o território também assume um papel figurativo de local de ocorrência para os conflitos de gênero, classe e etnias⁽⁹⁻¹⁰⁾.

Nas situações de saúde e/ou de doença poder-se-ia relacionar as culturas de gênero como produtoras de vulnerabilidades em saúde, as quais são potencializadas considerando os espaços habitados nas cartografias urbanas de exclusão social, verificado nos casos de violência, por exemplo.

Nessa mesma linha de raciocínio ressalta-se que território é a expressão de poder imerso nas relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço. Trata-se de um território construído socialmente, iniciando pela ocupação do espaço, apropriação da natureza, até a constituição das relações de poder⁽¹¹⁾.

[...] dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é, também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições [...]. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (11:31).

Entende-se que não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade e a sociedade sem inseri-los em um determinado contexto geográfico-territorial. Sendo assim, é preciso agregar os aspectos constituintes dos territórios a muitas das análises espaciais propostas, sob o risco de serem desconsiderados fatores predisponentes ou produtos destes em determinados fenômenos. No campo da saúde se faz imperativo a utilização dos conceitos de território para uma melhor compreensão das relações que dispõem ou não o indivíduo ou a coletividade a determinado agravo ou dano^(1,3,11).

O entendimento de como as relações espaço-territoriais são organizadas e reproduzidas socialmente, na construção e constituição de espaços e territórios, parece inevitável como avanço analítico. Nesse sentido, entendem-se as desigualdades sociais como produtoras de diferentes espaços e territórios sendo também responsáveis pela situação de saúde e doença, bem ou mal-estar social^(1,3,12).

Assim, em contextos sociais de intensa assimetria das condições de vida e relações de poder cada vez mais excludentes, considera-se a necessidade de estudos e propostas analíticas capazes de aproximar dados da realidade, levando em consideração a íntima relação desses fatores com a formação, utilização e apropriação dos espaços e territórios. Salienta-se que o espaço urbano reflete com fidelidade a dicotomia entre classes sociais e a geração de desigualdades, sendo condicionado e condicionante de determinados fenômenos e/ou agravos à saúde, em particular pode-se referenciar as causas externas de morbimortalidade em sua complexa casuística sociocultural^(10,13,14).

Ao território, nesse palco social de disparidades, cabe o propósito de melhorar o entendimento da relação dos sujeitos com o meio ambiente. Sabe-se também que medidas preventivas e promocionais em saúde — se distanciadas da realidade local — pouco ou nenhum efeito podem aportar ao seu foco de ação e, portanto, são incapazes de produzir transformações. Nesse sentido, as noções de território e espaço podem ajudar no entendimento, formulação e aplicação de medidas ajustadas e pautadas pelas necessidades locais atendendo às especificidades de indivíduos e coletividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de propor uma análise conceitual aprofundada ou mesmo discutir conceitos, esta breve reflexão objetivou estimular o leitor a atentar-se para a necessidade de ampliação e readequação de ferramentas analíticas na utilização das noções de espaço e território em estudos espaciais na área da saúde.

Partiu-se do fato de que as disciplinas distantes da geografia têm dificuldade na utilização correta dos conceitos de espaço e território, o que, em muitos casos, prejudica a análise e, conseqüentemente, a intervenção no campo da saúde. As noções de espaço e território, bem como sua utilização pelas diversas áreas do conhecimento situam-se como campo aberto para novas contribuições.

Assim, entende-se que espaço e território não são dissociados e, por conseguinte, não podem

ser estudados sem a referência de que um exerce influência diretamente na estruturação do outro. Dito isso, salienta-se que se faz necessário investir em novas formas de interpretação dos fenômenos espaciais, nas quais as propostas analíticas levem em consideração a multiplicidade de fatores que constituem as relações socioambientais, da sinergia entre esses fatores para predispor situações de saúde e adoecimento, de intervenções que levem em consideração a complexidade do espaço-social como palco das situações de saúde e doença das

populações e das diferentes relações entre o social e o espaço em uma perspectiva de interação com o conceito de território.

A ampliação das possibilidades analíticas ao se conceber estudos com essa perspectiva de análise depende também da capacidade de desenvolver, como pesquisadores, o diálogo com disciplinas de outras áreas do conhecimento. Por fim, acredita-se que o diálogo de saberes e práticas podem encurtar distâncias entre problemas e soluções diante de uma realidade complexa de entendimento.

FROM CARTOGRAPHY TO TERRITORY: CHALLENGES TO SPATIAL STUDIES IN THE HEALTH FIELD

ABSTRACT

This reflection consists in a rereading of concepts about space and territory, with the objective to contribute to the expansion of analytical proposals regarding territorial phenomena, beginning with space studies in the health area. It is to start with the fact that the disciplines of geography have difficulty in the use of space and territory concepts which in many cases damages the analysis and consequently the intervention in the health area. Thus, it is understood that the notions of space and territory, as well as its use for several areas of knowledge present themselves as open field for new contributions. This reflexive proposal approaches the concept of space and territory, transposing the spatial dimension to the social dimension, supported in the simultaneous co-existence of the society in its relation with the nature. It is intended as analytical advancement in order to invest in interpretative proposals of space phenomena, beginning with the space and territory concepts while considering the multiplicity of factors that constitute the socio-environmental relations.

Keywords: Epidemiology. Spatial Analysis. Public Health.

DE LA CARTOGRAFÍA AL TERRITORIO: DESAFÍOS PARA LOS ESTUDIOS ESPACIALES EN EL ÁREA DE LA SALUD

RESUMEN

Esta reflexión consiste en una relectura de los conceptos sobre espacio y territorio, con el objetivo de contribuir con la ampliación de las propuestas analíticas de los fenómenos territoriales, a partir de los estudios espaciales en el área de la salud. Se comienza con el hecho de que las asignaturas distantes de la geografía tienen dificultad en la utilización de los conceptos de espacio y territorio, lo que, en muchos casos, perjudica el análisis y, consecuentemente, la intervención en el campo de la salud. Así, se entiende que las nociones de espacio y territorio, así como su utilización por las diversas áreas del conocimiento se sitúan como campo abierto para nuevas contribuciones. Esa propuesta reflexiva abarca el concepto de espacio y territorio, transponiendo la dimensión espacial para la dimensión social, sostenida en la coexistencia simultánea de la sociedad en su relación con la naturaleza. Se pretende, como avance analítico, invertir en propuestas interpretativas de los fenómenos espaciales, a partir de los conceptos de espacio y territorio, considerando la multiplicidad de factores que constituyen las relaciones socio-ambientales.

Palabras clave: Epidemiología. Análisis Espacial. Salud Pública.

REFERÊNCIAS

1. Haesbaert R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In.: Saquet MA, Sposito ES, organizadores. Territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão popular; 2009. p. 95-120.
2. Souza ML. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In.: Saquet MA, Sposito ES, organizadores. Territórios e territorialidades. São Paulo(SP): Expressão Popular; 2009. p. 57-72.

3. Lopes JG. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. Geog ens pesqui. 2012; 16(2):23-30.
4. Müller EPL, Cubas MR, Bastos LC. Georreferenciamento como instrumento de gestão em unidade de saúde da família. Rev bras enferm. 2010; 63(6):978-82.
5. Reis RC. Espaço, território e territorialidades: aspectos conceituais fundamentais. Rev Castelo Branco Científica. 2013 jan-jun; (3):1-19.
6. Gomes PCC. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: Heidrich AL, Costa BP, Pires CLZ,

Ueda V, organizadores. A emergência da multiterritorialidade. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2008. p. 37-46.

7. FARIA RM, BORTOLOZZI A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. *RA'E GA*. 2009; 17:31-41.

8. Guimarães RB, Ribeiro H. O tratamento cartográfico da informação em saúde do trabalhador. *Rev Bras Epidemiol*. 2010; 13(4):577-86.

9. Bueno ALM. Os acidentes na atenção básica de saúde: tipologias, vítimas e territórios em uma região do município de Porto Alegre/RS. 2010. [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.

10. Junges JR, Barbiani R. Interfaces entre território, ambiente e saúde na atenção primária: uma leitura bioética. *Rev Bioét*. 2013; 21(2):207-17.

11. Haesbaert R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich AL, Costa BP, Pires CLZ, Ueda V, organizadores. A emergência da multiterritorialidade. Canoas: Ed. ULBRA/Porto Alegre: Ed. da UFRGS; 2008. p. 19-38.

12. Sevalho G, Stotz E. A cartografia simbólica do risco epidemiológico: uma incursão ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos. *História, Ciências, Saúde*. 2012; 19(3):899-917.

13. Flauzino RF, Santos RS, Oliveira RM. Dengue, geoprocessamento e indicadores socioeconômicos e ambientais: um estudo de revisão. *Rev panam salud publica*. 2009; 25(5):456-461.

14. Bueno ALM, Marques MJ. A morbidade por causas externas em uma região do município de Porto Alegre/RS. *Ciênc cuid saúde*. 2008; 7(3):279-287.

Endereço para correspondência: André Luis Machado Bueno. Rua Sete Mil e Dez, nº50 – Cep: 91788-100 – Porto Alegre/RS. E-mail: almachadobueno@gmail.com.

Data de recebimento: 19/03/2013

Data de aprovação: 11/03/2014